

UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS TRAJETÓRIAS DE MULHERES QUE PERDERAM FILHOS/AS NAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA LETAL EM FORTALEZA

Jéssica Silva Rodrigues

*Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC.
E-mail: jsrodriguespsi@gmail.com;*

Larisa Ferreira Nunes

*Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC.
E-mail: larissafnpsico@gmail.com*

Tadeu Lucas de Lavor Filho

*Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC.
E-mail: tadeulucaslf@gmail.com*

João Paulo Pereira Barros

*Orientador – Doutor em Educação, professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - CE.
E-mail: joãopaulobarros07@gmail.com*

Resumo

O presente trabalho apresenta discussões iniciais de uma pesquisa de tese em andamento que, a partir de um prisma interseccional, versa sobre as trajetórias de mulheres que tiveram seus filhos assassinados nas dinâmicas de violência letal em Fortaleza. Enfocamos, aqui, as narrativas dessas mulheres negras e periféricas sobre suas vidas, buscando, assim, analisar de que modo os marcadores de gênero, raça e classe se articulam e operam em seus modos de subjetivação. Com isso, as discussões acerca de interseccionalidade, feminismos, racismo, gênero, violência e resistências assumem fundamental importância para as reflexões aqui propostas, de modo que

nos auxiliam a mapear a atualização da colonialidade em seus cotidianos e modos de viver. Ancoramo-nos em autoras dos estudos feministas, em especial do feminismo negro, de onde emerge as relações entre colonialidade e interseccionalidade como Carneiro, Bento, hooks e Lugones; em diálogos com autores da perspectivas contra-coloniais como Mbembe e Fanon. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo alinhado à pesquisa-intervenção interseccional, no campo da psicologia social. Vem sendo realizados acompanhamentos quinzenais com um coletivo de mães que tiveram seus filhos assassinados na dinâmica de violência letal na Capital Cearense. Como ferramentas metodológicas, foram utilizados diários de campo, analisados à luz do método cartográfico. Dentre os resultados a serem discutidos, foram mapeados processos de silenciamento e isolamento relacionados aos sofrimentos psicossociais vividos pelas mães. Além disso, aponta-se para o desenvolvimento de estratégias de resistência que operam no fortalecimento destas, como os processos de compartilhamento e coletivização de dores relacionadas às violências sofridas.

Palavras-chave: Mulheres, Mães, Negras, Violência Letal, Interseccionalidade.

Introdução

O presente estudo visa refletir, a partir do prisma da interseccionalidade, sobre as trajetórias de mulheres que tiveram seus/suas filhos/as assassinados/as na dinâmica de violência letal em Fortaleza. O interesse pela investigação dessa temática originou-se, primeiramente, a partir de uma pesquisa de mestrado intitulada “Testemunhas da Necropolítica: Implicações psicossociais dos homicídios de jovens no cotidiano de suas mães” em que se apontou para alguns efeitos da intensificação dos homicídios de jovens na vida dessas mulheres e de demais familiares, assim como para algumas estratégias de enfrentamento construídas pelas mães para lidarem com a morte dos filhos. No referido estudo, foram mapeados alguns processos de silenciamentos e isolamentos relacionados aos sofrimentos psicossociais vividos pelas mães, assim como algumas estratégias de resistência que operavam no fortalecimento destas no pós-homicídio. Deste modo, o foco de problematização da dissertação foram as repercussões dos assassinatos juvenis, olhando para as interlocutoras a partir do pós-homicídio e como as mortes produziam efeitos em seus modos de viver. Na aproximação com as interlocutoras, foram sendo mapeadas alguns elementos como violências conjugais e opressões de diferentes ordens vividas em outros momentos de suas vidas, suas relações com a maternidade, dentre outros elementos que não estavam diretamente relacionados ao homicídio, e que, pela limitação da proposta da dissertação, não puderam ser discutidos. Com isto, neste estudo de tese, proponho um redirecionamento do meu olhar como pesquisadora, voltando-me a analisar a trajetória de vida destas mulheres, a partir de uma perspectiva participativa e interseccional, agora, pelo acompanhamento de um grupo constituído por mulheres que tiveram filhos/as assassinados/as. Uma mirada sobre a trajetória dessas mulheres afirma-se como uma potente estratégia de produzir dizibilidade, desmantelando processos de invisibilização e silenciamento mapeados na dissertação. Ao longo do processo de acompanhamento do grupo, buscamos compreender, a partir das narrativas das mulheres sobre suas vidas, como se tornaram mulheres e mães, tensionando questões relativas aos imbricamentos entre raça, gênero e classe em seus percursos de vida no período anterior e posterior ao homicídio dos filhos.

Apontando para outro interesse pela investigação da temática, faz-se importante destacar que os encontros com as teorias do campo do feminismo negro foram produzindo reverberações e deslocamentos na autora principal deste estudo como pesquisadora, suscitando conexões acerca das vivências interseccionais em minha própria trajetória que me localizam socialmente também como mulher negra. Pensar o meu lugar de fala, me possibilita analisar a minha implicação com a proposta de problematizar a produção de subjetividades em mulheres negras, tão comumente atravessadas por diferentes violências. Ao mesmo tempo que próxima das minhas interlocutoras por questões de gênero e raça, também distante, em questões de acessos sócio-econômicos. É no campo do estudo das diferenças, que nos aproximamos das experiências dessas mulheres, ouvindo não apenas as experiências coletivas que colocam os corpos femininos negros como objetos de subalternização, mas também singulares, pelas interseccções de diferentes elementos em nossas trajetórias como mulheres negras.

Vale-se ressaltar que, das mulheres participantes do grupo, todas vivem em periferias da capital cearense e, em sua maioria, são negras, o que expressa a importância de pautarmos de que modo os marcadores interseccionais operam na construção de subjetividade destas. Nos utilizamos, então, de uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2018), buscando, assim, analisar de que modo os marcadores de gênero, raça e classe se articulam nas narrativas sobre suas trajetórias e operam em seus modos de subjetivação. Com vistas a estas questões, as discussões acerca de interseccionalidade, feminismo, racismo, gênero e violência assumem fundamental importância para as reflexões aqui propostas, de modo que nos auxiliam a mapear a atualização da colonialidade (KILOMBA, 2019; LUGONES, 2014) em seus cotidianos e modos de viver. Um olhar interseccional sobre a trajetória dessas mulheres negras e pobres faz-se relevante para a problematização do cenário sócio-político contemporâneo, marcado por uma necropolítica articulada à governamentalidade neoliberal, de aniquilação de determinadas existências, enquadradas como supérfluas e como não passíveis de luto (MBEMBE, 2017; BUTLER, 2015), sobre as quais recaem diferentes modos de fazer morrer como invisibilizações e silenciamentos vivenciados intensamente por mulheres negras e pobres nas periferias dos centros urbanos.

Outro elemento que aponta para relevância de tematizarmos a produção de subjetividades de mulheres negras e pobres, são os vultuosos índices de violências letal e não-letal direcionadas a esses corpos. De acordo com o atlas da violência de 2018, 4.465 mulheres foram vítimas de homicídio em 2016, correspondendo a uma taxa de 4,5 homicídios por 100 mil habitantes. Esses números revelam um aumento de 6,4% se considerarmos o período que vai de 2006 a 2016. Ainda de acordo com o atlas, a taxa de homicídios é mais expressiva entre mulheres negras, já que estas tem 71% mais chances de serem assassinadas se comparadas com mulheres brancas. No período supracitado de 10 anos, o assassinato de mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que o de mulheres não negras, diminuiu em 8%. No que concerne à exposição às formas de violência não-letal, de acordo com o Mapa da violência (WASELFISZ, 2015), no Brasil, apenas em 2009, 2.530.410 pessoas sofreram agressão física. Destas, 42,7% (1.447.694) eram mulheres, o que nos aponta para a generificação destas agressões. Os índices tornam-se mais alarmantes, ao fazermos um recorte de raça, uma vez que, entre as mulheres agredidas, 56% eram negras. Um dos fatores associados às agressões sofridas por estas é a renda percapita, já que mulheres negras que recebem até um salário mínimo, são as mais vitimadas em termos de violência não letal.

Esses dados são relevantes para elucidarmos algumas das formas de violência que marcam as existências de mulheres negras e periféricas, haja vista que estas figuram como principais vítimas seja nas formas de violência letal ou não-letal. O aumento de violências destinadas a estes corpos são expressões da política de extermínio dessas existências que opera não apenas no assassinato direto mas nas formas indiretas de minar essas existências (MBEMBE, 2014). A matabilidade e violabilidade dos corpos femininos negros atua como um traço da colonialidade que assujeita e oprime de diferentes formas essas existências.

Dessa forma, está em curso um processo de banalização/inviabilização/aniquiação das vidas racializadas, que nos leva a refletir sobre o conjunto de forças que opera na desumanização/precarização sistemática e desigual de corpos de mulheres negras e periféricas. Evidencia-se, portanto, em cenário brasileiro, o genocídio do povo negro (NASCIMENTO, 2016) em curso há séculos. Com vistas a este cenário de genocídio e tentativas de apagamento das questões raciais e de gênero, buscamos compreender na tese não apenas os diferentes

sofrimentos, mas também seus modos de (re) existência (ACHINTE, 2017), vividos ao longo de suas trajetórias e que não são necessariamente da ordem do dito, mas que se constroem na ordinariedade de seus cotidianos (DAS, 2007; LUGONES, 2014). Vale-se aqui destacar, que os modos de (re)existência também podem se dar por meio do encontro coletivo entre corpos que compartilham as mesmas condições de precariedade da vida (BUTLER, 2018). Essas questões aqui esboçadas, suscitaram na autora principal, a partir das aproximações com a temática e com o campo durante a construção da dissertação, o interesse em analisar de que modo as questões de raça, gênero e classe se intersectam na vida dessas mulheres, atuando tanto na produção de exclusões e opressões quanto na construção de suas subjetividades como mulheres, mães, negras e periféricas. Com isso, este estudo se norteia pela seguinte questão central: Como se interseccionam marcadores de raça, gênero e classe nas trajetórias de vida de mulheres que perderam seus filhos/as assassinados/as nas dinâmicas da violência nas periferias de Fortaleza?

Referencial teórico

Visando responder a essa pergunta exposta acima, ancoramos-nos em autoras dos estudos feministas, em especial do feminismo negro, de onde emerge a noção de interseccionalidade e colonialidade como Davis, Crenshaw, Akotirene, Nogueira, Mayorga, Gonzales, Carneiro, Bento, hooks, Lugones e Butler; em diálogos com autores da perspectivas anti-coloniais como Mbembe e Fanon. Essas/esses autoras/autores nos auxiliarão a pensar as questões de raça, classe e gênero em uma perspectiva interseccional e decolonial, problematizando expressões da colonialidade e das violências marcam os cotidianos e trajetórias dessas mulheres.

Discutir as trajetórias de vida de mulheres negras e periféricas que perderam filhos pela violência letal requer uma análise de diversos fatores que se inter cruzam na produção de suas subjetividades. Optamos iniciar a discussão desses elementos a partir do campo do feminismo negro, com ênfase na noção de interseccionalidade, já que esta nos auxilia a pensar o entrelaçamento dos marcadores de raça, classe e gênero nas vidas das interlocutoras deste estudo, analisando de que modo estes marcadores atuam na produção de subjetividades e assujeitamentos nas trajetórias destas.

A interseccionalidade aqui é utilizada como uma ferramenta (CRENSHAW, 1991; PLATERO, 2012) que nos auxilia a visibilizar as variadas formas de dominação a que estão submetidas essas mulheres, uma vez que suas dores são atravessadas por diferentes marcadores sociais de desigualdade que produzem seus modos de subjetivação. É, portanto, utilizada aqui, não apenas teoricamente na análise dos modos de subjetivação, mas também metodologicamente para pensar perspectiva de pesquisa participativa no encontro da psicologia social com estudos feministas. A interseccionalidade passa a ser discutida na década de 1970 a partir do *black feminism*, pondo em questão, além do reconhecimento das diversas opressões que operam nas categorias classe, gênero e raça, o modo que estas se articulam e funcionam como sustentáculo de relações desiguais (HIRATA, 2014, p. 63). Faz-se importante destacarmos que não podemos falar em apenas um feminismo, sendo mais indicado o uso no plural “feminismos” haja vista as distintas correntes ou ondas que os compõem. Vale-se destacar que as reflexões desse estudo são feitas a partir das contribuições de feministas negras e críticas à colonialidade, haja vista que estas autoras rompem com uma lógica hegemônica de se pensar o que é ser mulher, à medida que insere novas pautas à luta feminista, apontando para reprodução de silenciamentos das mulheres negras tanto nos movimentos negros quanto nos movimentos feministas. Tais silenciamentos estão relacionados à negação do estatuto de humanidade às mulheres negras e também indígenas, que, já no sistema colonial não eram seres pertencentes à categoria mulher, sendo reconhecidas nas categorias ‘macho’ e ‘fêmea’ (LUGONES, 2017). As mulheres negras, assim, ocupariam o lugar do outro do outro (RIBEIRO, 2017), uma vez que ocupam um lugar de subalternidade dentro do movimento feminista hegemônico e no movimento negro, passando por um duplo silenciamento de suas pautas de reivindicação. Hooks (2015) aponta para o lugar de marginalização a que uma maioria silenciosa de mulheres oprimidas por violências cotidianas foram relegadas inclusive no movimento feminista, até então, hegemonicamente branco e burguês. As mulheres negras, dessa forma, enegrecem o feminismo (CARNEIRO, 2003) atentando para a “insuficiência teórica, prática e prática política” do feminismo branco liberal (p. 118), rompendo assim com uma concepção hegemônica e universalizante das experiências de mulheres. Age-se, portanto, na politização do debate acerca das

desigualdades de gênero, visibilizando as mulheres como novos sujeitos políticos (CARNEIRO, 2003; GONZALES, 1984).

Considerando que as condições de precariedade são distribuídas de formas desiguais, assolando determinada parcela da sociedade de forma mais intensa (BUTLER, 2014), o olhar interseccional nos leva a compreender de que modo essas condições precárias de vida compõem o cotidiano das mulheres negras periféricas e mães de forma múltipla e inter-relacionada, por serem mulheres, pobres e negras (AKOTIRENE, 2018; BIROLI, 2018, 2014; HIRATA, 2014, NOGUEIRA, 2017; MAYORGA, 2014; RIBEIRO, 2017). Cada marcador leva a opressões e violações distintas e, conforme discute Hirata (2014), considerar a atuação conjunta das diferentes opressões nos possibilita evidenciá-las e, conseqüentemente, instrumentaliza-nos em seus enfrentamentos. Essa possibilidade de reflexão e construção de estratégias de enfrentamento evidenciam a interseccionalidade como um instrumento analítico e ao mesmo tempo de luta política à medida que, ao questionar os processos de dominação que inteseccionaliza marcadores categorias de diferença, oportuniza o rompimento com a reprodução das formas de dominação capitalística (AKOTIRENE, 2018; NOGUEIRA, 2017, HIRATA, 2014).

O compartilhamento de experiências de opressão e sofrimento vivido pelas mulheres mães de jovens assassinados/as em suas trajetórias (o fato de serem mulheres, negras, periféricas e mães) indica a necessidade de um olhar interseccional (LIMA, 2018; CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2018; POCAHY, 2011; MAYORGA, 2014) para o sofrimento psicossocial produzido nas impossibilidades frequentes de falar sobre as situações de violências e assujeitamento, ou até de reconhecer dadas situações vivenciadas como pertencentes ao campo da violência. Refletimos, portanto, sobre os lugares de subalternização que ocupam, marcado pelo supracitado imbricamento das questões de gênero, classe e raça, olhando para os períodos de suas vidas anteriores aos homicídios dos/as filhos/as, dando ênfase nas possíveis outras violações sofridas e não tão visíveis como os sofrimentos em decorrências das mortes dos jovens. A interseccionalidade é, portanto, uma questão transversal à discussão sobre a trajetória dessas mulheres, expostas, muitas vezes, aos regimes de (in)visibilidade. Essa perspectiva nos ajuda não apenas a compreender os lugares de fala dessas mulheres (RIBEIRO, 2017), mas também a entender como determinados elementos podem emergir em suas narrativas.

Vale-se destacar que a interseccionalidade também pode ser tomada como um “projeto de conhecimento” (HIRATA, 2014, p. 69). Desse modo, esse estudo também denota sua relevância ao produzir implicações políticas que almejam romper com os modos de (in)visibilização dessas mulheres ao abordar as dimensões coletivas e interseccionais que venham a se destacar nas narrativas sobre as trajetórias. Esse estudo propõe-se a operar na visibilização de um conjunto de forças que sustentam lugares de subalternização e opressão de corpos femininos negros e pobres. Visa a construção de conhecimento e de intervenções, para criação de estratégias de enfrentamento ao apagamento das questões raciais, de gênero e de classe, assim como aos diferentes modo de invisibilização e silenciamento (KILOMBA, 2017) que operam intensamente na vida de mulheres negras periféricas.

Tomaremos como base as discussões acerca de Necropolítica, de Mbembe (2017) considerando que a segregação entre os grupos “que devem viver” e aqueles “que devem morrer” se dá, em um contexto marcado pela colonialidade, a partir da centralização da morte como um operador político. As questões de gênero, articuladas ao racismo, também se configuram como motor dessa política de morte, em uma forma de necropolítica de gênero. Partindo da ideia de Mbembe (2017) de que o racismo é motor da necropolítica, propomos nesta tese, que a intersecção raça-gênero atua também como motor da política de morte que precariza e mortifica os corpos de mulheres negras e periféricas. Partimos da ideia de que se faz predominante nas periferias locais a atuação de um necropoder em que a raça se torna elemento principal para fragmentação dos grupo entre “cidadãos de bem” e “bandidos”, por exemplo. Nesses territórios, impera aquilo que Agamben (2007) denomina de estado exceção permanente, haja vista que são lugares caracterizados por um aumento das mortes juvenis de modo arbitrário, com morosidade das investigações e impunidade dos perpetradores dos assassinatos, apoiados em discursos de naturalização e legitimidade das mortes. Territórios em que intervenções violentas de extermínio se tornam possíveis já que é habitado por um conjunto de vidas tidas como desimportantes. Nossas reflexões nesse campo, nos auxiliam a pensar os modos como essas forças operam na produção de invisibilização das vidas de mulheres negras, atuando fortemente na produção de subjetividades destas, analisando como se articulam como os modos não tão diretos de fazer morrer.

Considerando-se que a política de gestão das vidas e mortes das pessoas que vivem às margens urbanas se dá de forma direta ou indireta (FOUCAULT, 2016; MBEMBE, 2017), podemos tomar o desamparo dessas mulheres em seus sofrimentos e invisibilização de suas trajetórias e formas de (re)existência como uma das formas indiretas de morte. Essas vidas estão submetidas a formas de precarização e assujeitamento que produzem o silenciamento de suas dores. O conceito de vidas indignas ou não passíveis de luto (BUTLER, 2015) nos auxilia a pensar os contextos vividos por estas, haja vista que uma série de direitos lhes são negados. No caso dos pós-homicídio, por exemplo, lhes é negado o direito de vivenciarem suas perdas e clamarem por justiça. Sucumbir à dor, é uma das formas pelas quais opera o fazer morrer típico das colônias atuais (MBEMBE, 2017). Investigamos, aqui, quais outras dores ou modos de sucumbir lhes são impostas em suas vidas também nos períodos anteriores aos homicídios dos filhos. Atentando para os traços de colonialidade (LUGONES, 2017) que, diferentemente da colonização, é algo que ainda está em curso, ou seja, elementos coloniais que ainda operam na produção de subjetividade e modos de viver dos sujeitos na contemporaneidade.

Partindo das questões até aqui expostas, torna-se premente problematizarmos as implicações do entrecruzamento de categorias como raça, gênero e classe na produção de subjetividades das mulheres negras e periféricas. Visualizamos como um dos desdobramentos possíveis deste estudo não apenas a visibilização do campo de força de que opera no cotidiano dessas mulheres, produzindo subjetividades, mas também seus processos de (re)existência. Reiteramos ainda, que este trabalho é fruto de um recorte de um estudo de tese que está em curso, de modo que as processualidades em campo ainda estão sendo (re)construídas quinzenalmente, permeadas por diversos desafios impostos pelos atravessamentos da pandemia que tem assolado drasticamente o País.

Metodologia

Intentamos traçar pistas para pensar as possibilidades de desenvolvimento de uma pesquisa participativa interseccional no campo da psicologia social. Esta proposição metodológica afirma-se como uma possível contribuição da tese para o campo metodológico. As pesquisas participativas envolvem a criação e a potencialização de

dispositivos de análise coletiva das questões que compõem o cotidiano das mulheres participantes deste estudo. A escolha por essa metodologia se deu por esta possibilitar o acompanhamento das processualidades em campo (BARROS; KASTRUP, 2015), possibilitando o mapeamento de forças que operam nas trajetórias de vida dessas mulheres e atuam na produção de suas subjetividades (ROCHA; AGUIAR, 2013). Estar em campo nessa perspectiva possibilita conexões entre o pesquisador e o território existencial habitado em campo (ALVAREZ; PASSOS, 2015).

A criação dos dispositivos grupais e das intervenções propostas coletivamente nos possibilitou ampliar o caráter de intervenção micropolítico no campo social, tomando como eixo a transformação da realidade sócio-política. Para tanto, diversifica suas bases teórico-metodológicas de modo a radicalizar a ruptura com as metodologias tradicionais de pesquisa (ROCHA, 2003). A radicalização do rompimento com os modelos tradicionais de pesquisa se dá à medida em que propõe o abandono do pretensão ideal de neutralidade científica compreendendo que a produção do conhecimento se dá de forma indissociada da formação política. Com isso, torna-se mais que uma metodologia, passando a atuar como um dispositivo de intervenção à medida que pode contribuir para a problematização do instituído. O percurso desta pesquisa participativa foi traçado a partir do diálogo com a interseccionalidade e pensamento decolonial.

A pesquisa-intervenção atua como uma orientação não prescritiva ao pesquisador. Não se trata, portanto, de uma metodologia que compile regras e metas que antecedem o estar em campo, ou seja, as metas são traçadas à medida que o pesquisador entra em contato com o campo, a partir das questões que pulsam neste. É neste sentido que se dá a inseparabilidade entre o pesquisar e o intervir, uma vez que o que ocorre na experiência em campo é um “transformar para conhecer” (PASSOS & BARROS, 2015) e não o inverso. Requer, assim, uma articulação entre o pesquisar e o intervir, de modo que a pesquisa se propõe como uma forma de produção do mundo e não apenas como uma representação. Trata-se de um acompanhamento de processos que estão em curso e não de uma forma de representação ou delimitação exata de um objeto, haja vista que os elementos em campo estão sempre em processo de produção, não sendo, portanto, estáticos. Nessa proposta, é requerido uma postura de horizontalidade entre

pesquisador e objeto pesquisado, em que as posturas hierárquicas são questionadas e rompidas.

Além disso, utilizamos a interseccionalidade como uma ferramenta de pesquisa (PLATERO, 2012). Platero (2012) aponta que o uso da interseccionalidade contribui para visibilização das estruturas de poder privilégios característicos de determinados segmentos sociais. A dimensão interventiva se deu à medida que emergiram em campo possibilidades de construção coletivas de espaços para problematizar questões que marcaram as vidas das mulheres, além do manejo da entrevista narrativa, aproximando-se da perspectiva da experiência do dizer (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016). A interseccionalidade se articulou tanto na construção do problema, quanto nos modos de estar em campo, na construção de atividades coletivas dos encontros grupais problematizando os atravessamentos das questões de gênero, classe e raça nas suas trajetórias, assim como nas análises.

A vivência de campo tem se construído ao longo desse primeiro semestre de 2021. Período no qual tem se acompanhado a processualidade de um coletivo de mães. Os encontros em sido quinzenais, na modalidade online, pela plataforma google meet. As discussões são construídas coletivamente e versam sobre diferentes temáticas como luto, cuidado, auto- cuidado, dentre outras que se apresentam como demandas a partir dos encontros. Como ferramenta tem sido utilizado diário de campo em que as sensações, percepções, conversas e trocas vividas no campo são registradas no diário de campo. Ao longo do processo de pesquisa, esses registros têm sido revisitados. Medrado, Spink e Mélo (2014) consideram o diário de campo como elemento atuante na realização de uma pesquisa, uma vez que “com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que a pesquisadora dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto” (p. 278), funcionando, portanto, como agente potencializador do estudo.

Quanto ao método de análise, tem sido utilizada a análise cartográfica dos dados. A cartografia requer certa subversão da noção dos dados de pesquisa à medida que compreende o pesquisar como um processo. Desse modo, um dado cartográfico surge como um produto das diferentes interações em um conjunto de forças que compõem a realidade pesquisada. Um dado, portanto, não se encontra exposto em campo, como algo a ser colhido; mas sim, dá-se como um efeito

a partir, inclusive, do ato de pesquisar (PASSOS, KASTRUP; TEDESCO, 2016). O objeto a ser analisado, não é estático, mas efetiva-se como “o ponto de partida para acessar a experiência (PASSOS, KASTRUP; TEDESCO, 2016, p. 177). A análise cartográfica é guiada pelos problemas que pulsam no campo de pesquisa e o ato de analisar atua como um elemento ampliador de problematizações, gerando novas inquietações.

Resultados e discussão

Dentre os resultados a serem discutidos, foram mapeados processos de silenciamento e isolamento relacionados aos sofrimentos psicossociais vividos pelas mães. Até o momento da escrita desse trabalho aconteceram 3 encontros com o grupo de mulheres mães. O primeiro encontro foi de apresentação e aproximação, em que a autora principal desse estudo pode reencontrar algumas das mulheres já conhecidas pelas inserções em campo durante a construção da dissertação. Já no segundo encontro, foram abordadas algumas questões relacionadas ao cuidado de si. No terceiro encontro foi abordado o significado do dia das mães.

Já no primeiro encontro surgiram diversas questões relativas aos homicídios dos filhos, os processos de engajamento de cada uma na luta por memória e justiça pelas mortes destes. Algumas mulheres apontaram para o fato de que existem várias mães que se encontram isoladas e com medo de lutar por justiça pelo contexto de ameaças que sofrem após os homicídios. Nesse ponto uma das mulheres afirmou que já enfrentava desafios na luta por justiça em seu bairro, segundo ela “O policial bateu em minha carne preta e periférica dizendo ‘não vai acontecer nada, você é pobre’” (sic). Nessa colocação, a participante expõe como as opressões de raça, gênero e classe se expressão no seu cotidiano, na luta por justiça pela morte dos filhos.

Muitas mulheres afirmaram que o mal estar delas era algo almejado pelo Estado, como estratégia de mortificação de suas vidas. Uma das participantes, então apontou para necessidade de “cuidado eterno de si, pois a polícia não para de matar” (sic). No sentido de que a luta se faz necessária frente à um estado de morte que se mostra incansável e permanece ceifando a vida na juventude negra periférica. Outro ponto comum na narrativa das mulheres ao abordarmos a questão do cuidado, foi que muitas delas associam a questão do

cuidado ao cuidado dos outros: “eu vivo em segundo plano” (Sic). As falas se conectaram quando as mulheres começaram a compartilhar suas sensações de cansaço frente à uma rotina exaustiva de cuidado com os outros, associado ao não reconhecimento dos cuidados que ofertavam. Nesse ponto uma delas apontou: “não somos máquinas” (sic).

As falas das mulheres denunciam o racismo e classismo vividos quando expressam que “a gente vive tentando sobreviver, a gente que é pobre e preto” (sic), que denuncia a que suas vidas operam segundo a lógica do sobrevivente (Mbembe, 2016). Atrelado a estas formas de precarização da vida, soma-se o impedimento de sofrer suas dores. Frente às tentativas de fazê-las sucumbir à dor da perda, uma das mães questiona “você sabe o que é não poder chorar?” (sic) ao narrar sobre não “ter tempo” de viver seu luto à medida que precisava cuidar da neta e garantir o sustento da casa. Elas compartilham entre si as experiências com medicações que vem tomando mediante os sofrimentos dos lutos, e apontam para a politização desse sofrimento ao compreenderem que a medicalização também diz de uma tentativa de silenciá-las ao manterem-nas “dopadas” (Sic).

É no compartilhamento de suas experiências e lutas que estas mulheres apontam encontrar apoio para enfrentar esses desafios. Aponta-se, aqui, para o desenvolvimento de estratégias de resistência que operam no fortalecimento destas, como os processos de compartilhamento e coletivização de dores relacionadas às violências sofridas. Outra participante do grupo, ao falar sobre as mudanças ocorridas em sua trajetória, afirma que antes da morte da filha, já estava inserida em movimentos de militância, mas que esse engajamento se intensificou após o assassinato da filha. Para ela, foi no encontro com outras mulheres e luta por justiça que nasceu “uma nova mulher, costurada pela dor”. Uma delas afirmou que “sei que vai ser difícil, mas junto com as outras eu sei que vou conseguir” (Sic). Outra se expressou mostrando que “pior seria se passasse pela dor sozinha” (Sic).

Considerações finais

O presente trabalho se propôs a ampliar o debate acerca dos marcadores que se intersectam e que marcam as trajetórias de mulheres negras e periféricas. Foram analisados alguns dados iniciais da inserção em campo para refletirmos sobre os elementos que atravessam

a vida de mulheres negras que tiveram seus filhos assassinados nas dinâmicas de violência letal em Fortaleza. Pensar outros aspectos dessas trajetórias se tornam relevantes para o desmantelamento das forças que operam na (re)produção dos silenciamentos e culpabilização de mulheres negras. Aponta-se para limitações no processo de análise aqui postos, tendo em vista que a pesquisa ainda se encontra em curso, portanto as análises estão se dando ao longo do processo de acompanhamento do campo.

Referências

AKOTIRENE, C. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte (MG): letramento, 2018.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Org). Pistas do método da cartografia. Porto Alegre: Sulina, 2009. BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Editora José Olympio, 2018.

BIROLI, F. Gênero e desigualdade. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133, 2003.

DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe. S. Paulo: Boitempo, 2016.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. A máscara. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 11, p. 26-31, 2017. BARROS, L.P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Org) Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé w. (1991). Mapping the margins: interseccionalidade, Identity politics, and violence against women of color. *Stanford law review*, 43(6), pp. 1241. Traducido por: Raquel (lucas) platero y javier saéz.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (16), 193-210, 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N1 edições, 2018.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), 107 - 128, 2001.